



**LEI MUNICIPAL Nº 3.820, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011.**

*Autoriza a Contratação temporária de excepcional interesse público de profissionais para atender aos Programas Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e Estratégia de Saúde da Família – ESF.*

**GIL MARQUES FILHO**, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra h, da Lei Orgânica do Município.

**FAÇO SABER** que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte

**L E I:**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, empregados em quantidade, funções e vencimento mensal a seguir descritos, destinados ao:

Programa Centro de Atenção Psicossocial - CAPS

<b>Categoria Funcional</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vencimento Mensal</b>	<b>Carga Horária</b>
Médico	1	R\$ 2.267,35	20hs. semanais
Psicólogo	4	R\$ 3.144,35	40hs. semanais
Assistente Social	1	R\$ 1.588,14	40hs. semanais
Enfermeiro	1	R\$ 1.377,90	20hs. semanais
Cuidador em Saúde Mental	2	R\$ 586,67	40hs. semanais
Técnico Enfermagem	2	R\$ 1.048,84	40 hs. semanais

Parágrafo Único. As atribuições dos contratados no exercício das funções são as que constam nos anexos que fazem parte integrante da Lei Municipal nº 3.055, de 24.11.2005 e da Lei Municipal nº 3.097, de 23.3.2006.

Art. 2º Autoriza o Poder Executivo a contratar, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, empregados em quantidade, funções e vencimento mensal a seguir descritos, destinados ao:

Programa Estratégia em Saúde da Família - ESF



<b>Categoria Funcional</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Vencimento Mensal</b>	<b>Carga Horária</b>
Médico	2	R\$ 7.716,20	40hs. semanais
Técnico Enfermagem	1	R\$ 1.048,84	40hs.semanais
Enfermeiro	1	R\$ 2.755,79	40hs. semanais

Parágrafo Único. As atribuições dos contratados no exercício das funções são as que constam nos anexos que fazem parte integrante da Lei Municipal nº 2.937, de 23.3.2005, Lei Municipal nº 3.097, de 23.3.2006 e da Lei Municipal nº 3.055, de 24.11.2005.

Art. 3º A Secretaria Municipal da Saúde supervisionará e coordenará as atividades dos programas referidos em lei.

Art. 4º Considera-se as contratações, como necessidade temporária de excepcional interesse público, para atendimento ao disposto no artigo 196 da Constituição Federal, visando a prevenção e a promoção da saúde como direito de todos e dever do poder público.

Art. 5º Os contratos vigorarão pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogados por igual período, uma única vez.

Art. 6º Os contratos são de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos aos contratados:

- I – jornada de trabalho descrita nos artigos 1º e 2º;
- II – férias;
- III – gratificação natalina;
- IV – serviço extraordinário com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), superior a hora normal;
- V – inscrição no sistema de previdência social – INSS;
- VI – o término, a extinção, a suspensão ou a interrupção dos Programas referidos nesta lei, acarreta automaticamente a rescisão do contrato, sem direito a qualquer indenização.

Art. 7º Aos contratados na forma desta lei, fica assegurado o direito de percepção de adicional de insalubridade, desde que cumpridas as exigências previstas

PREFEITURA MUNICIPAL  
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

nas leis municipais nº 1.751, de 08 de agosto de 1990, e na Lei nº 2.243, de 28 de agosto de 1996.

Art. 8º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011.**

**GIL MARQUES FILHO**

Prefeito

**PUBLICAÇÃO:**

**Período:** 14/12/2011 a 28/12/2011

**LOCAL:** ÁTRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL